

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça

**Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**Nilza Gomes da Silva**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Antonio Siufi Neto**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*

Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*

Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3318-2160** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3460/2019-PGJ, DE 19.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva 9 (nove) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 22.8.2019, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 151, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3444/2019-PGJ, DE 18.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 9 a 13.9.2019, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 151, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3445/2019-PGJ, DE 18.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Fernanda Rottili Dias	29.11.2015 e 6.2.2016	27.9 e 19.12.2019
Paulo Leonardo de Faria	6 e 7.10 e 2.11.2018	7 a 9.10.2019
Wilson Canci Junior	15 e 16.6.2019	26 e 27.9.2019

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3446/2019-PGJ, DE 18.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 13 a 20.3.2019, a ser usufruído no dia 28.10.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3447/2019-PGJ, DE 18.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão dos titulares:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	JUIZADO ESPECIAL	PERÍODO	TITULAR
Arthur Dias Junior	Juizado Especial Adjunto da comarca de Caarapó	27.9.2019	Fernanda Rottili Dias
Edival Goulart Quirino	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu	26 e 27.9.2019	Wilson Canci Junior

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3448/2019-PGJ, DE 18.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 3421/2019-PGJ, de 16.9.2019, que concedeu à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk férias remanescentes, onde consta: “10 (dez) dias (...) a serem usufruídos no período de 30.9 a 9.10.2019”; passe a constar: “5 (cinco) dias (...) a serem usufruídos no período de 30.9 a 4.10.2019”

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3456/2019-PGJ, DE 19.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, por ter atuado no período de 28.12.2018 a 6.1.2019, a serem usufruídos no período de 7 a 9.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3457/2019-PGJ, DE 19.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para participar da Capacitação em Investigação, Persecução e Condenação no Crime de Tráfico de Pessoas, que ocorrerá nos dias 18 e 19.9.2019, no auditório da sede do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, em Brasília/DF.

PAULO CEZAR DO PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3459/2019-PGJ, DE 19.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Clovis Amauri Smaniotto 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 5 a 7.6.2019 e 9 a 16.9.2019, a serem usufruídos no período de 23 a 27.9.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3462/2019-PGJ, DE 19.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 3º Promotor de Justiça de Corumbá, Rodrigo Correa Amaro, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, pelo período de 2 (dois) meses.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3464/2019-PGJ, DE 19.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria-Geral e pela Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no dia 20.9.2019.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3449/2019-PGJ, DE 18.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Acrescentar na Portaria 3309/2019-PGJ, de 9.9.2019, que autorizou membros e servidores do Ministério Público Estadual a se ausentarem de suas comarcas, para participarem do Curso “Entendendo o SUS: o Ministério Público no fortalecimento e efetivação do direito à saúde”:

● **Membros:**

1. Douglas Silva Teixeira
2. Felipe Almeida Marques
3. Luiz Antônio Freitas de Almeida
4. Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja
5. Radamés de Almeida Domingos

● **Servidores:**

1. Felipe Aquino Paz Saccenti
2. Maria Luiza de Lima Ribeiro Marques

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3440/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 18.9.2019, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Yarima Alderete, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0188/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001253-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de setembro de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0189/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001162-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de setembro de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 0190/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000772-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 12 de setembro de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3432/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Silvio Cesar Siravegna, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Pagamento de Pessoal, no período de 20.9 a 9.10.2019, em razão de férias da titular, Lourdes Paim de Moraes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3433/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Tainara Inês Kotz Busatto, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 28.8.2019, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3439/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Alex Sander Silva Neves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12.9 a 11.10.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3441/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 3401/2019-PGJ, de 12.9.2019, que designou o servidor Luciano Paulo Portella, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Maracaju, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, de forma que, onde consta: “no período de 9 a 19.9.2019”; passe a constar: “9 a 18.9.2019”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3442/2019-PGJ, DE 17.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Jária Tânia da Silva Toledo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9 a 23.9.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR**

**ADENDO À PAUTA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 9 HORAS, PUBLICADA NO DOMPMS Nº 2.052, EM 17.9.2019.**

**Incluir no item 7. Ordem do dia: 7.1. Matéria Administrativa: o subitem**

**7.1.2. Proposta de Resolução nº 002/2019-CSMP, de 24.9.2019**, que altera dispositivos da Resolução nº 001/2009-CSMP, de 4.3.2009, que disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, o processo de escolha dos membros que serão indicados para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça.

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO****AVISO****RESULTADO 2º PRÊMIO MPMS DE JORNALISMO JORGE GÓES**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados o resultado do julgamento das matérias referente ao do 2º Prêmio MPMS de Jornalismo Jorge Góes (Processo PGJ/10/2662/2018):

**- Matérias Desclassificadas (descumprimento do subitem 4.1 do edital):**

- Ameaça a conselheiros tutelares por policiais será investigada pelo MP;
- Santa Casa é investigada por insuficiência de profissionais;
- A Rosa e o Martelo;
- Óh, e agora quem poderá me defender?

A entrega simbólica das premiações será realizada em evento a ser promovido pelo Ministério Público Estadual em 30 de setembro de 2019, nas dependências da Procuradoria Geral de Justiça/MPMS (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, nesta Capital)

Campo Grande, 19 de setembro de 2019.

Comissão Organizadora do 2º Prêmio MPMS de Jornalismo Jorge Góes

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004710 DE 17.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3650/2019**

Credor: L. F. DE SOUZA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 6/PGJ/2019.**

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, blocos de notas, cartilhas, pastas para evento, gibis e outros materiais gráficos personalizados, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 437,00 (quatrocentos e trinta e sete reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004710 de 17.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/3377/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **TORINO INFORMÁTICA LTDA.**, representada por **Rodrigo do Amaral Rissio**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão nº 51/2018, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações), Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.078/90.

Objeto: Fornecimento de workstations e monitores para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 155.592,00 (cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004394, de 30.08.2019.

Vigência: 09.09.2019 a 09.09.2020.

Data de assinatura: 9 de setembro de 2019.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/3384/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MR CORDEIRO COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.**, representada por **Marcio Reis Cordeiro**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 051/2019, decorrente do Pregão Eletrônico nº 158/2018, da Secretaria de Administração e Desburocratização de MS – SAD.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de mobiliário em geral, por meio de registro de preços, para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 249.278,10 (duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e setenta e oito reais e dez centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004413, de 03.09.2019.

Vigência: 18.09.2019 a 18.03.2020.

Data de assinatura: 18 de setembro de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 009/2019/32ªPJ/CGR**

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001889-7

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A 32.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA SAÚDE PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/MS, por intermédio de sua Promotora de Justiça titular, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 27, parágrafo único; IV da Lei 8.625/1993 – Lei Orgânica do Ministério Público e art. 29, IV da Lei Complementar n. 72/1994, faz saber a todos quanto possa interessar, através do presente edital, que no dia 26 de setembro de 2019, a partir das 13h30min, no Auditório da Procuradoria Geral de Justiça- PGJ, sito a Av. Pres. Manoel Ferraz de Campo Sales, 214 - Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA, com a finalidade de subsidiar o Ministério Público no Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001889-7 e assegurar a participação popular na condução dos interesses públicos.

Art. 1º - A AUDIÊNCIA PÚBLICA terá como pauta a seguinte temática: “SETEMBRO AMARELO: SUICÍDIO EM ALERTA”.

Art. 2º - A audiência é aberta a qualquer do povo e tem por finalidade coletar, junto à sociedade e ao Poder Público, elementos quanto à matéria que é objeto da discussão.

Art. 3º - Serão convidados para o evento: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande; Secretaria Municipal de Saúde Pública Adjunto de Campo Grande; Secretaria Estadual de Educação; Secretaria Municipal de Educação; Presidente do Comitê Estadual de Saúde do Judiciário, Coordenadoria da Defensoria Pública que atua na Área de Saúde, Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública que atua na área de saúde, Promotores de Justiça da Capital das áreas da Infância e Juventude e da Violência doméstica, Composição do Conselho Municipal de Saúde de Campo Grande, Comissão Permanente de Saúde da Câmara Municipal de Campo Grande, Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Campo Grande; Procuradoria da República da cidadania do MS, Presidente da SIMED, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul – CRM/MS; Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul - COREN/MS; Conselho Regional de Psicologia- CRP/MS; Diretor Geral do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - HRMS; Diretor Técnico

da Santa Casa de Campo Grande; Diretor Presidente do Hospital Nosso Lar, Diretor Técnico da Clínica Carandá, Gerente do Centro de Atenção Infanto Juvenil- CAPSI, Diretora da Clínica Viver Bem, Diretor do Centro de Especialidades Municipal - CEM; Gerente do CAPS III Vila Almeida, Gerente do CAPS III Vila Margarida; Gerente do CAPS III Afrodite Dóris Contis, Gerente do CAPS III Aero Rancho, Gerente do CAPS AD IV Fátima M. Medeiros; Centro de Apoio Operacional da Promotorias de Justiça dos Direitos Humanos de MS; Centros Acadêmicos das seguintes universidades: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS; UEMS, Universidade Católica Dom Bosco- UCDB; Universidade Anhanguera - UNIDERP-ANHANGUERA ; Universidade Estácio de Sá; Instituições e ONGS de Campo Grande que possuem Projetos de Prevenção ao Suicídio.

Art. 4º - Sem prejuízo da participação das entidades e órgãos convidados, os interessados em exposição na audiência poderão se cadastrar no local, no decorrer do evento.

Art. 5º - Por seu turno, a Audiência Pública terá, em resumo, o seguinte roteiro e regulamento:

I) A 32.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SAÚDE PÚBLICA DE CAMPO GRANDE, por intermédio da Promotora de Justiça titular Filomena Aparecida Depólito Fluminhan, presidirá os trabalhos, e, no tempo máximo de 10 (dez) minutos, fará suas considerações iniciais sobre o tema proposto na respectiva audiência;

II) A seguir, o *Psiquiatra e PhD em Saúde Mental e Professor do curso de Medicina da AEMS* DR. JOSÉ CARLOS ROSA PIRES DE SOUZA, no tempo máximo de 20 minutos fará sua exposição, ;

III) Na sequência, CARLOS A. REZENDE ("PROF. CARLÃO"), Professor e Presidente do Instituto Sangue Bom, no tempo máximo de 20 minutos, fará sua exposição;

IV) A seguir, o *Médico Homeopata e Professor* DR. JOSE ROBERTO CAMPOS DE SOUZA no tempo máximo de 20 minutos, fará sua exposição;

IV) A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE - SES, convidada previamente, poderá, no tempo máximo de 10 (dez) minutos, fazer suas considerações iniciais sobre o tema proposto na respectiva audiência;

III) A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESA, convidada previamente, poderá, no tempo máximo de 10 (dez) minutos, fazer suas considerações iniciais sobre o tema proposto na respectiva audiência;

IV) o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio do CAO-Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos, convidado previamente, poderá, no tempo máximo de 10 (dez) minutos, fazer suas considerações iniciais sobre o tema proposto na respectiva audiência;

V) O pedido de inscrição para fazer uso da prerrogativa de participação nos debates deverá ser feito à Presidência durante a audiência, bem como nos termos do artigo 2º e 4º do presente regulamento, sendo concedido no máximo 05 (cinco) minutos para considerações e perguntas aos convidados;

VI) As perguntas deverão ser formuladas de forma clara e objetiva, sendo permitida, porém, prévia consideração sobre o assunto a ser questionado desde que não ultrapasse o tempo limite concedido;

VII) Ao convidado questionado será concedido o tempo máximo de 05 (cinco) minutos para a **resposta**, devendo esta ser clara e objetiva sobre o questionamento que lhe foi realizado.

VIII) Ao final dos debates, a Presidente da Audiência concederá a palavra aos expositores, que terão o prazo máximo de 03 (três) minutos para suas considerações finais.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul. Afixe-se no quadro de avisos das Promotorias de Justiça de Campo Grande/MS sito a rua da Paz, Ricardo Brandão e Unidade Cachoeira.

Campo Grande, 03 de setembro de 2019.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN  
32ª Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**APARECIDA DO TABOADO**

---

**EDITAL Nº 003/1ªPJ/2019**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000286-1  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: Sigiloso  
Assunto: Sigiloso

Aparecida do Taboado/MS, 19 de setembro de 2019.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO  
Promotor de Justiça

---

**BATAGUASSU**

---

**EDITAL Nº 0041/2019/02PJ/BTG**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bataguassu torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Dias Barroso, nº 350, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002651-6  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual necessidade de adoção de prática para realização de limpeza das valas de escoamento de água construídas as margens da BR 267, no período urbano, as quais estariam cobertas de entulhos, o que estaria impedindo a passagem de águas pluviais e provocando o alagamento da rodovia, prejudicando o tráfego de veículos e de pedestres no local.

Bataguassu, 18 de setembro de 2019.

EDIVAL GOULART QUIRINO  
Promotor de Justiça

---

**CAARAPÓ**

---

**EDITAL 0005/2019/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003239-9  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requeridos: Associação Frei Eucário.

Assunto: Registrar as atividades de inspeção/vistorias realizadas na entidade Instituição de Longa Permanência para o Idoso de Caarapó (Asilo Frei Eucário).

Caarapó-MS, 19 de setembro de 2019.

ARTHUR DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL 0006/2019/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003278-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Caarapó/MS.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00000047-0.

Caarapó-MS, 19 de setembro de 2019.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000047-0

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Caarapó/MS, com atuação na tutela do Meio Ambiente.

COMPROMISSÁRIO: Município de Caarapó/MS

OBJETO DO TAC: regularização dos Cemitérios do Município de Caarapó/MS e dos Distritos de Cristalina e Nova América

**DAS OBRIGAÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Compromissário obriga-se a requerer junto a Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura deste TAC, a licença ambiental dos Cemitérios do Município de Caarapó – MS, do Distrito de Nova América e do Distrito de Cristalina, por meio de profissional que possua ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.

PARÁGRAFO ÚNICO. Caso haja pelo órgão ambiental competente, por qualquer motivo, rejeição, declaração de pendência, arquivamento ou cancelamento do pedido feito pelo compromissário nos termos do caput desta cláusula, o compromissário se compromete a, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da intimação da decisão do órgão ambiental, ingressar com novo requerimento ou suprir as incorreções necessárias, sob pena de incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA SEGUNDA: O Compromissário obriga-se, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do presente Termo de Ajustamento de Conduta, a manter um sistema de controle de sepultamentos nos Cemitérios do Município de Caarapó – MS, do Distrito de Nova América e do Distrito de Cristalina, por meio de livro de registro ou arquivo de mídia, contendo cópia dos documentos pessoais do falecido, certidão de óbito, declaração de óbito emitida por médico, laudo pericial atestando a morte ou outro documento legal que os substitua, além das seguintes informações:

I - Nome completo do falecido;

II - Data do falecimento;

III - Município de falecimento;

IV - Residência (endereço completo);

V - Causa da morte; e

VI – Localização do jazigo ou gaveta do cemitério em que se deu o sepultamento.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Compromissário obriga-se a encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal de Caarapó – MS, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do presente Termo de Ajustamento de Conduta, a fim de definir valor de multa, como sanção para o familiar responsável que não entregar cópia da certidão de óbito da pessoa sepultada em um dos cemitérios do Município de Caarapó – MS, do Distrito de Nova América e do Distrito de Cristalina, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do óbito.

**CLÁUSULA QUARTA:** O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independentemente de notificação, no pagamento de multa diária no valor de 100 (cem) UFERMS, até o cumprimento da obrigação assumida, a ser recolhida em favor do FUNLES – Fundo Estadual de Defesa e Reparação de Interesses Difusos Lesados, instituído pela Lei nº 1.721/96 ou por outro que porventura vier a sucedê-lo.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLÁUSULA QUINTA:** A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental.

**CLÁUSULA SEXTA:** O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis;

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o compromitente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O presente Termo de Ajustamento de Conduta produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e do art. 784, inciso IV, do Código de Processo Civil.

**CLÁUSULA OITAVA:** Este Termo de Ajustamento de Conduta vai impresso em 02 (duas) vias de igual teor, assinadas pelo Promotor de Justiça e pelo compromissário.

Observação: a íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta firmado poderá ser obtida mediante solicitação escrita na sede da 2ª Promotoria de Justiça de Caarapó/MS, localizada na Avenida Dom Pedro II, nº 1.730, Vila Planalto, em Caarapó/MS.

Caarapó/MS, 16 de setembro de 2019

ARTHUR DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

#### MIRANDA

#### EDITAL Nº 001/2019/15ªZE/MRD

A Promotoria de Justiça da 15ª Zona Eleitoral da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de Outras Atividades Não Sujeitas A Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de Outras Atividades Não Sujeitas A Inquérito Civil nº 09.2019.00003258-8

Representante: Ministério Público Eleitoral

Requerido: A apurar

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o processo eleitoral suplementar do Município de Miranda para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito.

Miranda/MS, 18 de setembro de 2019.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA  
Promotora de Justiça em subs. legal

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ELDORADO**

---

**REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO PARTE DO EDITAL N. 0006/2019/PJ/EDD**

Republica-se por incorreção parte do Edital n. 0006/2019/PJ/EDD da Promotoria de Justiça de Eldorado, publicado no DOMPMS nº 2.004, na data de 10 de julho de 2019, página 20, na parte onde se lê “Assunto: Garantir a consecução dos objetivos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, especificamente no que tange ao efetivo funcionamento das Escolas E. Educativo Urbano Cerrito (700138/11) e E. Educação Infantil tipo C (710453), bem como o registro de número do INEP desta última.”, leia-se “Assunto: Garantir a consecução dos objetivos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, especificamente no que tange ao efetivo funcionamento da Escola de Educação Infantil tipo C (convênio 710453/2008), que não possui número do INEP e nem está em funcionamento, e da Escola Educativo Urbano – Floresta Branca (convênio 700138/2011), que tem número do INEP (50042408), mas está paralisada”.

Eldorado/MS, 08 de julho de 2019.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2019/PJ/EDD**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Inquérito Civil: nº 06.2019.00001348-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Eldorado/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas contratações de servidores públicos temporários pelo Município de Eldorado, sem a devida realização de concurso público, fora das hipóteses permitidas pela Constituição Federal.

Eldorado/MS, 18 de setembro de 2019.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA  
Promotor de Justiça

---

**NIOAQUE**

---

**EDITAL Nº 06.2019.00001337-0**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001337-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vanessa Cristina Cappellessio Murasse

Assunto: Apurar possível desmatamento em imóvel rural do Assentamento Colônia Nova de propriedade de Vanessa Cristina Cappellessio Murasse.

Nioaque, 18 de setembro de 2019.

MARIANA SLEIMAN  
Promotora de Justiça